

Problematizando as associações existentes entre características sociodemográficas e a violência entre jovens do ensino médio de cidades da região metropolitana de Belo Horizonte e de Governador Valadares – MG.¹²

Simone Maria dos Santos³

Melissa Caldeira Brant de Souza Lima⁴

Paula Miranda-Ribeiro⁵

RESUMO: O objetivo do *paper* é analisar a relação entre características sociodemográficas, arranjo e *background* familiar e a probabilidade de jovens serem vítimas de violência nas escolas. O estudo foi baseado no questionário da “Pesquisa Jovem - Avaliação do Ensino Médio” aplicado em alunos de escolas estaduais de cidades da Região Metropolitana de Belo Horizonte e Governador Valadares no ano de 2010. Os resultados encontrados com modelos econométricos sugerem que a violência na escola está muito associada à violência no âmbito familiar. Também se estimou uma alta probabilidade de sofrer agressão entre os alunos que sofreram discriminação e, em sua maioria, foram discriminados por sua cor/raça. Observou-se também um diferencial de gênero, de maneira que os homens são mais propensos a serem vítimas de violência. Os dados sugerem que, para a grande maioria dos alunos, o arranjo e *background* familiar, não são os fatores preponderantes na explicação sobre violência na escola.

Palavras chaves: Juventude. Características sociodemográficas. Violência nas escolas.

¹Trabalho apresentado no VI Congresso da Associação Latino-Americana de População, realizado em Lima-Perú, de 12 a 15 de agosto de 2014.

² Este trabalho conta com o suporte financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

³ Simone Maria dos Santos. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – CEDEPLAR/UFMG. simonesambamigo@yahoo.com.br

⁴ Melissa Caldeira Brant de Souza Lima. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – CEDEPLAR/UFMG. melissa.sociais@gmail.com

⁵ Paula Miranda-Ribeiro. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – CEDEPLAR/UFMG. paula@cedeplar.ufmg.br

INTRODUÇÃO

No Brasil, na perspectiva demográfica, as pesquisas sobre juventude e violência vêm se consolidando nos últimos anos. Quando se relaciona juventude e violência Abramovay e Castro, assim como Bercovich, são referências importantes, na medida em que as pesquisas das autoras, entre outras, nos permitem afirmar que existem associações entre algumas características sociodemográficas da juventude e a violência (Abramovay e Castro, 2006; Bercovich, 1997). No entanto, quando pensamos em características sociodemográficas dos jovens das camadas populares⁶ e a violência nas escolas, não encontramos trabalhos que tratam de forma específica dessas associações.

O presente trabalho caminha no sentido de contribuir para o preenchimento dessa lacuna ao analisar a relação entre características sociodemográficas, arranjo e *background* familiar e a probabilidade de jovens das camadas populares da região metropolitana de Belo Horizonte e Governador Valadares serem vítimas de violência nas escolas. A perspectiva é que os dados de abrangência municipal ofereceram aos gestores informações para um adequado planejamento e uma bem sucedida implantação de políticas públicas no que diz respeito ao público alvo do estudo.

DADOS

Para tratar sobre a violência nas escolas foram utilizados dados coletados no âmbito do projeto “Avaliação de Impacto do Poupança Jovem”. Os dados são do município de Ribeirão das Neves, Ibitaré e Região Metropolitana de Governador Valadares e foram coletados junto

⁶ Uma vez que dados sobre rendimentos domiciliares costumam ser pouco confiáveis, no estudo, serão considerados de camadas populares os jovens que freqüentam escola pública.

aos alunos do Ensino Médio, no ano de 2010. A pesquisa utilizou questionários auto-aplicados.

Dos 2.768 casos válidos analisados 35,9% foram aplicados em Governador Valadares, 29,7% em Ibitité e 34,4% em Ribeirão das Neves. Do total, 59,6% se declararam do sexo feminino, 22,5% como brancos, 19,5% pretos, 51,7% pardos e o restante como indígenas ou amarelos. Analisando a escolaridade das mães dos alunos observou-se um nível primário, de maneira que quase 30% das mães dos alunos estudaram até a 4ª série do Ensino Fundamental (5º ano), 21,2% não terminaram o Ensino Fundamental e 10,3% o completaram. Aproximadamente 14,6% das mães têm Ensino Médio completo e, para mais de 8% delas os alunos não sabiam declarar a escolaridade. Sobre o arranjo familiar, 56,6% dos alunos estão em arranjos nucleares tradicionais, morando com pai e mãe, enquanto 29,7% apenas com a mãe e o restante mora sem os pais ou apenas com o pai. Para a variável renda domiciliar haviam muitos casos sem declaração, o que implicou na desconsideração desses dados. Quase 9% dos alunos afirmaram já terem sofrido violência na família. Em relação à religiosidade, fator considerado como de proteção aos casos de violência, 56,7% dos alunos freqüentam cerimônias religiosas ao menos uma vez por semana.

Em relação à convivência na escola, 9,75 dos alunos declararam já terem sido vítimas de violência na instituição. Do total de respondentes, 17,2% já se envolveram em brigas com colegas sendo que, desses, 23,9% disseram terem sido vítimas de violência. Uma parcela significativa de alunos, 11,9%, alegou que já sofreu discriminação da escola e, a grande maioria afirmou que os colegas foram responsáveis por essa discriminação. Os resultados dessa questão por cor indicam que, proporcionalmente, pretos sofrem mais discriminação do que os demais e os pardos sofrem mais discriminação que os brancos. Como uma forma de

avaliar as redes sociais como ferramentas que diminuem a vulnerabilidade do aluno, observa-se quantos alunos afirmaram que tem muitos amigos na escola, de forma que 50,9% responderam positivamente a esta questão.

METODOLOGIA E RESULTADOS

No trabalho partiu-se do pressuposto que algumas características sociodemográficas e alguns arranjos familiares estariam diretamente relacionados com a maior ou menor probabilidade de um jovem das camadas populares sofrerem violência na escola. Assim, por meio de um Modelo de Regressão Logito Binomial modelou-se a probabilidade esperada do evento “violência na escola” ocorrer em função das variáveis independentes escolhidas: arranjo familiar (pais no domicílio, mora com avó), escolaridade da mãe, sexo, raça, renda familiar, violência na família, rede de amigos na escola e briga na escola.

O modelo logístico é adequado para variáveis dependentes categóricas binárias que, no caso do estudo, divide-se entre violência (1) e não violência (0), com probabilidades π e $1-\pi$, respectivamente. Então a variável “reprovação” (Y) é de Bernoulli com parâmetro $E(Y) = \pi$. Para especificar o modelo de variáveis respostas binárias supõe-se que há uma variável latente y^* que vai de $-\infty$ a ∞ e gera os valores observados de y (reprovação). Para valores grande de y^* o y observado será igual a um e para valores pequenos de y^* , y será 0. Assume-se que y^* é linearmente relacionado com os x 's observados de forma que $y^*_i = x_i\beta + \varepsilon_i$. E y^* será relacionado com y observado de maneira que $y_i = 1$ se $y^*_i > \tau$ e $y_i = 0$ se $y^*_i \leq \tau$, no qual τ é um ponto de corte, assumindo-se que este ponto é igual a zero. Ademais, como no modelo com y^* latente a variância e a média não são estimadas, assume-se que os erros tem uma distribuição logística padrão com variância $\frac{\pi^2}{3}$ e média zero.

As interpretações serão baseadas na razão $\pi/(1-\pi)$ chamada de Odds (Chance), estimada por meio da Máxima Verossimilhança. Na estimação dos modelos são observadas se as propriedades de consistência, normalidade e eficiência são assintóticas. Assume-se que estas propriedades são atendidas para o caso deste estudo, pois a amostra testada contém mais de 2 mil casos. A Tabela 1 apresenta o modelo que melhor se ajustou aos testes Wald, Likelihood-ratio (LR) e Bayesian information criterion (BIC), comparando modelos aninhados.

Tabela 1: Resultados do modelo de regressão

Variáveis independentes	<i>Pretos</i>	<i>Pardos</i>	<i>Mulher</i>	<i>Discriminação</i>	<i>Briga com colega</i>	<i>Violência na família</i>	<i>Frequência à cerimônias religiosas</i>
Razão de chance (coeficientes)	.912 (-.094)	1.08 (.077)	.601*** (-.521)	5.53*** (1.67)	1.77*** (.576)	3.59*** (1.20)	0.957 (-.0437)
Constante	.109 (-2.29)						
Observações: 2.768; Prob > chi2: 0.0000; Pseudo R2: 13,3%							

Fonte: Pesquisa Jovem - Avaliação do Ensino Médio, 2010.

***Significância estatística a 1% de nível de confiança.

DISCUSSÃO

Os resultados estimados indicam que alunas do sexo feminino têm 40% de chance a menos de serem vítimas de violência na escola do que os de sexo masculino. A discriminação aumenta em 453% as chances de o aluno ser vítima de violência, em relação a quem não sofreu discriminação. Se envolver em brigas com o colega aumenta em 77% a chance de ser vítima comparando àqueles que nunca se envolveram. A violência na família aumenta em 259% as chances de ser vítima, em relação a quem nunca sofreu violência na família. Todos os

resultados são significativos estatisticamente, entretanto, as estimativas para cor/raça não se mostraram robustas.

No cenário contemporâneo brasileiro, pensar as possíveis associações existentes entre violência em meio escolar (Débarbieux, 2002) e jovens das camadas populares nos leva a contextualizar a discussão dentro de um processo mais amplo que se inicia com a progressiva democratização institucional e ideológica do país. É a partir deste momento histórico que a violência passa a ser percebida como um fenômeno multifacetado, que não atinge apenas a integridade física, mas passa “a incluir e a nomear como violência acontecimentos que passavam anteriormente por práticas costumeiras de regulamentação das relações sociais” (Waiselfisz, 1998). Neste sentido, é a partir desta complexificação que o tema da violência em meio escolar tem alcançado visibilidade acadêmica e se relacionado com o debate em torno da abertura da escola às camadas populares.

Em termos analíticos, os autores franceses tais como Bourdieu e Passeron (1982), Bourdieu (1990), Charlot (1996) e Dubet (2001) são considerados clássicos na tentativa de compreender a relação entre a violência em meio escolar e a abertura da escola às diferentes classes sociais. Os autores preconizam que a escola, tradicionalmente, foi criada e moldada para atender as necessidades e os anseios das classes sociais mais favorecidas economicamente, consideradas classes “dominantes”. A entrada das camadas populares às escolas teria sido realizada sem uma leitura das necessidades e ansiedades desta outra parcela da população. Como corolário, as relações sociais e institucionais empreendidas no ambiente escolar seguiriam os padrões socializadores das classes dominantes em detrimento daqueles apresentados pelas camadas populares, o que geraria tensões e conflitos permanentes. Na atualidade, as hipóteses que procuram compreender a violência na escola apenas em função

da relação de classes se tornaram insuficientes para a compreensão do fenômeno e no presente trabalho elas são complexificadas com os importantes recortes a serem feitos quanto a sexo, “cor/raça” e background familiar.

Em relação às características sociodemográficas e a probabilidade de jovens serem vítimas de violência nas escolas, os resultados encontrados com modelos econométricos sugerem uma grande contribuição do sexo para a vulnerabilidade do aluno, ou seja, os jovens do sexo masculino estão mais propensos a sofrerem violência na escola do que as jovens do sexo feminino. Os achados da pesquisa vão de encontro aos dados estatísticos e as análises contextuais que tratam do tema da violência e juventude. Por exemplo, a análise de dados de prisão, vitimização e auto-reportagem evidenciam que homens e adolescentes do sexo masculino cometem maior número de crimes e crimes de maior gravidade do que as mulheres e as adolescentes do sexo feminino. Em outras palavras, diferentemente, homens e mulheres são autores e vítimas de violências, agentes de conflito e de paz. Vários expoentes se arriscaram em explicações para essa correlação entre gênero e violência (Lombroso, 1911, Bonger, 1916, Pollak, 1950, Morris, 1964, Hirschi; Gottfredson, 1983).

As teorias mais aceitas atribuem as diferenças no comportamento violento às variações nos padrões de socialização de homens e mulheres. Por meio da educação, as mulheres seriam orientadas para um comportamento mais conformista e avesso a riscos e, estariam submetidas a maior vigilância e supervisão, seriam controladas por meio de mecanismos sutis que sinalizam continuamente a incompatibilidade entre comportamentos agressivos e violentos e o significado do gênero feminino o que, restringiria as possibilidades de envolvimento em situações de perigo (Biasoli-Alves, 2000, Vold et al., 2002).

No entanto, ainda em relação às características sociodemográficas os resultados encontrados com modelos econométricos não sugerem uma grande contribuição da raça/cor para a vulnerabilidade do aluno. A explicação pode estar no fato de que, neste caso, a discriminação apareceria como um efeito indireto da “cor/raça”. Diferentemente, dos dados estatísticos em relação a criminalidade violenta, estes sim demonstram a vulnerabilidade dos negros para os crimes violentos no Brasil (Batista, 2004), ou seja, dados estatísticos apresentados em diferentes publicações (Beato, 1998) apontam que jovens negros (Silva, 2003) do sexo masculino, na faixa etária de 15 a 29 anos e moradores de comunidades ou aglomerados estão, cada vez mais, diretamente envolvidos em crimes violentos.

Nos registros de vítimas de homicídios organizados pelo Ministério da Saúde, a partir dos dados das declarações de óbito, o quesito referente à *cor/raça* passou a ser obrigatório desde 1996. No livro “Mapa da violência IV: os Jovens do Brasil. Juventude e Cidadania” (Waiselfisz, 2004) que abrange a década de 1993/2002, têm-se o dado de que a proporção de vítimas de homicídios entre a população parda ou preta é 65,3% superior à branca. Sendo que no Distrito Federal, Paraíba e Pernambuco, esta vitimização ultrapassaria a casa dos 300%. Uma possível explicação para a associação reside no fato de que no Brasil, existem diferenças sociais, econômicas e simbólicas segundo a *cor/raça*. É a partir destas diferenças que esta característica, que a princípio não carrega valores positivos nem negativos, se constitui enquanto vulnerabilidade para que jovens negros se tornem a maior parte dos agentes ou das vítimas de homicídios. Em outras palavras, a correlação entre *cor/raça* e crimes violentos não parte de uma realidade ontológica, não é uma relação de causa e efeito. Esta correlação deve ser pensada como parte de um contexto. Um contexto objetivamente marcado pela falta de acesso dos negros à cidadania plena, marcado pelo descaso histórico e atual do Estado e de parte da sociedade com estes indivíduos.

Os dados não indicaram uma relação significativa entre ser vítima de violência na escola e o arranjo familiar do jovem. Diferentemente, da literatura que trata da relação entre os jovens e a criminalidade violenta que apontam a presença da mãe e do pai como fatores de proteção ao jovem. Estes estudos apontam que em famílias tradicionais com pai e mãe, as tarefas podem ser divididas entre os adultos e a renda familiar tende a ser maior do que naquelas com apenas o pai ou a mãe. As crianças de famílias com os dois pais se beneficiariam do fato de terem tanto o modelo masculino como o feminino, fator ressaltado como fundamental para a autoestima de uma criança. Por sua vez, nas famílias com a chefia das mulheres, na maior parte do tempo seria comum ver grupos de crianças brincando nas ruas, sem qualquer tipo de supervisão. Muitas delas passariam o dia inteiro fora de casa, uma vez que a mãe, como chefe da residência, trabalharia fora e simplesmente não teria com quem deixar os filhos. Em muitos casos, mesmo quando eles ficassem com a avó, esta não possuiria controle sobre as crianças que acabariam passando boa parte do tempo nas ruas (Sampson, *et al.*, 1997). Dito de outra forma, essa ausência de supervisão ou acompanhamento aumentaria a probabilidade de interação dos jovens com adultos envolvidos com a criminalidade e de se ter um terreno fértil para o surgimento das gangues juvenis que, em certa medida, substituem diferentes instituições como orientadoras do processo de socialização destes jovens (Thrasher, 1927). Ainda em relação à família, a escolaridade da mãe, enquanto um fator relacionado à vulnerabilidade do aluno, foi relevante empiricamente somente para aquelas mães com ensino superior vis-à-vis as mães com educação primária.

Por sua vez, o estudo destaca o fato de ser vítima de violência doméstica como um importante elemento para explicar a violência nas escolas. Dito de outra forma, os achados, em acordo com a literatura internacional e estudos nacionais, indicam que a violência doméstica está relacionada com a violência ocorrida na escola (Maldonado and Williams, 2005). Cabe

também ressaltar o debate acerca das redes sociais, como redes de proteção ao aluno, uma vez que os dados apontaram que o jovem que tem mais laços de amizade na escola se envolve menos em agressões no âmbito escolar.

Por fim, observou-se a frequência a cerimônias religiosas como um fator de proteção, indicando um aluno que se expõe menos a situações de violência, mas, no modelo estatístico não se encontraram efeitos significativos desse fator sobre a probabilidade de sofrer violência.

CONCLUSÃO

Os dados obtidos indicam haver uma relação positiva entre sexo e a vulnerabilidade dos alunos. Ou seja, os homens têm mais chances de sofrerem violência na escola. A literatura aponta o processo de socialização diferenciado para explicar a vulnerabilidade em relação ao sexo. Por sua vez, uma possível explicação para a relação pouco significativa entre “cor/raça” e a maior probabilidade dos negros sofrerem violência nas escolas pode estar no fato desta associação estar embutida na discriminação. No mesmo sentido, os dados não indicaram uma relação significativa entre ser vítima de violência na escola e o arranjo familiar do jovem. Este dado permite complexificar as análises que ressaltam as famílias tradicionais com pai e mãe como um arranjo privilegiado, um fator de proteção do jovem em relação à violência, criminalidade e vulnerabilidade. Isto porque, ficou demonstrado que mais importante que o arranjo familiar é a existência de violência doméstica que irá ajudar a explicar a violência na escola. Os recursos educacionais da mãe, só foram relevantes empiricamente para aquelas mães com ensino superior vis-à-vis as mães com educação primária. Por fim, cabe ressaltar a ação positiva dos vínculos de amizade em relação à vulnerabilidade dos jovens.

Referências Bibliográficas:

- ABRAMOVAY, M. & CASTRO, M. (2006), “Caleidoscópio das violências nas escolas”. Brasília: Missão Criança.
- BATISTA, Luís Eduardo e ESCUDER, Maria Mercedes Loureiro; PEREIRA, Julio César Rodrigues (2004), “The color of death: causes of death according to race in the state of São Paulo, 1999 to 2001”, em *Revista Saúde Pública*, v.38, n.5: 630-636.
- BEATO FILHO, Cláudio Chaves (1988), “Determinantes da Criminalidade em Minas Gerais”, em *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.13, p. 74-89.
- Bercovich, 1997
- BIASOLI-ALVES, Zélia Maria Mendes (2000), “Continuidades e Rupturas no Papel da Mulher Brasileira no Século XX”, em *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v.16, p.233-239.
- BONGER, Willian Adrian (1916), *Criminality and Economic Conditions*, New York: Little Brown.
- BOURDIEU, P. e PASSERON, J.-C (1982), *A reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino*, Trad. de Reynaldo Bairão, Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- BOURDIEU, Pierre (1990), “Os Excluídos do Interior”, em NOGUEIRA, Maria Alice e CATANI, Afrânio (orgs), *Escritos de Educação*, Petrópolis: Vozes.
- CHARLOT, Bernard (1996), “Relação com o saber e com a escola entre estudantes de periferia”. *Cadernos de pesquisa*, São Paulo, n. 97.
- DEBARBIEUX, Eric and BLAYA, Catherine (orgs.) (2002), *Violência nas Escolas e Políticas Públicas*, Brasília: UNESCO.
- DUBET, François (2001), “A violência na escola francesa: 30 anos de construção social do objeto (1967-1997)”, em *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.28, nº1, jan/jun.
- HIRSCHI, Travis, GOTTFREDSON, Michael R (1983), “Age and the Explanation of Crime”, in *American Journal of Sociology*, v.91, p:1-21.
- LOMBROSO, Cesare (1911), *Crime: Its Causes and Remedies*, New York: Little Brown.
- MALDONADO, D.A.; WILLIAMS, L.C.A. (2005), “O comportamento agressivo de crianças do sexo masculino na escola e sua relação com violência doméstica?”, em *Psicologia em Estudo*, Maringá, 10, (3), 353-362.
- MORRIS, Ruth R (1964), “Female Delinquency and Relational Problems”, in *Social Forces*, v.43, p.82-89.
- POLLAK, Otto (1950), *The Criminality of Womem*, New York: A.S. Barnes.

SAMPSON, Robert J., RAUDENBUSH, Stephen W., EARLS, Felton (1997), *Neighborhoods and Violent Crime: A Multilevel Study of Collective Efficacy*, in Science Magazine, Vol. 277.

SILVA, Cidinha (2003), *Ações afirmativas em educação: experiências brasileiras*, São Paulo: Summus.

THRASHER, Frederic M (1927), *The Gang: A Study of 1.313 Gangs in Chicago*, Chicago: The University of Chicago Press.

VOLD, George B., BERNANRD, Thomas J. and SNIPES, Jeffrey B (2002), “Gender and Crime”, In VOLD George B, BERNANRD, Thomas J. SNIPES Jeffrey B (orgs.), *Theoretical Criminology*, Oxford: Oxford University Press.

WAISELFISZ, Julio Jacobo (1998), *Mapa da violência: os jovens do Brasil*, Rio de Janeiro: Garamond.

WAISELFISZ, Julio Jacobo (2004), “Mapa da violência IV: os Jovens do Brasil. Juventude e Cidadania”, Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Secretaria Especial dos Direitos Humanos.